

O presidente José Sarney disse ontem ao Jornal da Tarde e O Estado que a grande opção para 1986 será a busca de eficiência na administração pública. Para ele, o governo cumpriu seus compromissos no plano político-institucional, promovendo alterações de vulto, bem como equacionou a política econômico-financeira através de posturas e de modelos compatíveis com nossas necessidades sociais e de desenvolvimento. Chegou a hora de cuidar da administração pública, prioritariamente. A próxima reforma do Ministério, em suas palavras, terá como um dos objetivos agilizar a máquina estatal e colocá-la em regime de plena capacidade. O grande critério que pautará a escolha dos novos ministros será o de eficiência.

Não vão, nas suas considerações, reparos à atuação dos atuais ministros que deixarão as pastas para candidatar-se às eleições do próximo ano. Nem deixarão de ser considerados critérios políticos, partidários e regionais para a formação da nova equipe. Apenas chegou a hora de um esforço concentrado capaz de alterar práticas e costumes que vêm de muito tempo e fazem da administração federal instrumento de pouca eficácia. Importa restabelecer a confiança nacional na ação do governo, isto é, demonstrar que o governo está ao lado da sociedade e cuida de seus interesses, na medida de suas atribuições. Não se trata de aumentar a máquina oficial, nem de fazê-la ocupar espaços devidos à iniciativa privada, mas de pôr para funcionar o aparelho existente. Uma de suas frustrações, quando assumiu o governo, foi de ver que as suas ordens custavam a chegar à ponta da linha, quando chegavam. O processo de governar muitas vezes emperra e se paralisa por conta de vícios e de acomodação.

Pois a hora, para o presidente, é propícia a mais essa empreitada. Selecionará a sua equipe de governo tendo como necessidade básica a melhoria do funcionamento do Estado.

Ressalta que muita coisa se fez, de 15 de março até agora, nos diversos planos de ação oficial, mas que uma vasta sacudida administrativa se impõe como condição para a realização da Nova República. Muitos se referem ao fato de, até o momento, não ter sido punido nenhum dos contumazes criminosos de colarinho branco. Até dom Ivo Lorscheider falou disso, dias atrás. Real-



22 NOV 1985

O grande objetivo do governo em 86: eficiência.

É o que revela nosso repórter Carlos Chagas depois de conversar com o presidente Sarney. Eficiência será o critério principal.

mente, as estruturas precisam mudar nesse aspecto. O advogado Bulhões Pedreira encaminhou sugestões para a alteração da lei e elas já se encontram sob exame no Palácio do Planalto. Breve o governo encaminhará ao Congresso elenco de mudanças que permitirão o enquadramento dos ladravazes. Eles deixarão de sorrir e de escarnecer diante de processos que apenas servem para torná-los mais ricos às custas da poupança popular. Os passivos não ficarão mais imobilizados, sem a correção devida.

Queixa-se Sarney de que essa é a regra geral. Parece-lhe difícil aceitar como tanto horror se tornou possível. Cultivou-se a impunidade, e não é fácil romper o círculo de giz. Sequer a lei Fleury conseguiu ser revogada, até hoje, permitindo que assassinos respondam em liberdade por seus crimes, inclusive aqueles onde houve flagrante. O sistema privilegia os poderosos e os de mais poder aquisitivo, tornando-se urgente, também, uma agilização do Poder Judiciário. Estará em contato com representantes dos tribunais superiores e da Justiça nos Estados, bem como da Ordem dos Advogados,

imaginando que logo se possa alterar boa parte dos mecanismos.

Em todos os setores da vida nacional, sentir-se-á a presença do governo, sendo sua intenção tirar o máximo de cada ministério. A nova equipe será constituída pelos que não irão disputar as eleições do ano que vem, isto é, assumirá sem preocupações eleitorais, ainda que representando as forças partidárias.

Para Sarney, seu governo vem quebrando uma série de tabus, entre eles o de que eleições tumultuam e prejudicam o processo administrativo. O pleito recente para as prefeituras mostrou isso: em vez de tumultos, crises e confrontos, aprimoraram-se as instituições. Não importam os resultados, que revelam as preferências populares, mas a eleição em si. A naturalidade deveu-se, em grande parte, à isenção demonstrada pelo governo. Ao contrário do que acontecia tempos atrás, ele não saiu em campanha pelo País e muito menos formulou apelos para que o povo votasse nos candidatos de sua preferência ou dos partidos que o apóiam. E nem seu governo colocou ao eleitorado a alternativa da vitória ou do caos. Tudo fluiu naturalmente.

Outro tabu quebrado aconteceu no plano econômico. Difundia-se que apenas a recessão e a compressão salarial impediriam uma inflação galopante e descontrolada. Pois a opção se fez pelo desenvolvimento, estamos crescendo a 6 e 7% ao ano, da mesma forma como estão sendo repostos os achatamentos salariais. Mesmo nossos credores externos, assim como o Fundo Monetário Internacional, vão-se dando conta de ser esta a saída. Acabaram as intervenções desses organismos em nossa política interna, e eles não reclamaram nem protestaram. Também não assistimos mais às aberrações de anos anteriores, quando contratávamos técnicos estrangeiros para cuidar de nossos interesses lá fora, inclusive negociando nossa dívida externa. Essa tarefa passou a ser desempenhada por funcionários brasileiros.

Otimista, mas com os pés no chão, o presidente reconhece existir ainda um mundo a fazer. Não há que tomar soluções radicais nem pretender que tudo se resolva da noite para o dia, mas o exemplo está sendo dado e, melhor, as coisas vão correr em função da sacudida administrativa prevista para muito breve.